

ACM Neto diz que, se precisar, vai para rua defender democracia

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Ao ressaltar que “não há risco de um golpe no país”, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que, se precisar, vai para rua defender a democracia no Brasil. O democrata ainda elogiou as Forças Armadas. “Tenho presenciado e não posso deixar de registrar e elogiar a postura das Forças Armadas. As Forças Armadas têm sido muito importantes. Pilar de sustentação e estabilidade democrática. (...) Não há nenhum risco de golpe. Não há nenhum risco de intervenção militar. Eu acho que isso está inteira-

mente afastado. Não tem ninguém que possa, neste momento, comprometer a democracia, que é inegociável. Vou estar na linha de frente de defesa da democracia. Se tiver que ir para rua para defender a democracia, para me expor na defesa da democracia, eu vou com toda a coragem. A única coisa que não podemos ter no país é o compro-

Sem golpe

Presidente do DEM, Neto avaliou que as instituições brasileiras estão “muito sólidas”.

metimento da liberdade do cidadão. Isso eu acho que está afastado”, declarou.

Presidente nacional do DEM, Neto avaliou que as instituições brasileiras estão “muito sólidas”. “Veja por quantos testes nós passamos nos últimos anos. Para não ir muito para trás, vamos voltar ao impeachment da Dilma. Nós tivemos toda a crise da Lava Jato, que prendeu ex-presidente, os maiores empresários do país, presidente da Câmara dos Deputados. Depois nós tivemos o impeachment de uma presidente da República. Depois denúncias contra outro presidente Michel Temer (...) Eu acho que a gente amadureceu muito na democracia pós-Constituição de 1988 (...) Eu acho que a solidez dessas instituições é maior

ACM NETO disse, ontem, que, se precisar, vai para rua defender a democracia no país



do que eventual erro de qualquer governante de plantão”, afirmou.

O prefeito soteropolitano voltou a criticar a postura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por passear de jet ski no dia em que o país registrou 10 mil mortes por coronavírus. “Eu defendo que tenha uma união de prefeitos, governadores, do governo federal, do Poder Ju-

diciário, do Ministério Público, da imprensa. Infelizmente, nem sempre essa é a postura do presidente da República. Aliás, na maioria das vezes no que se refere ao coronavírus, essa não é a postura do presidente. Ele parte para uma linha enfrentamento. Não dá para no dia em que o país vivenciado, presenciando 10 mil mortes por coronavírus

ele andar de jet ski. A gente tem que dar exemplo. Todos nós temos que dar exemplo. A autoridade, a liderança, tem que ser uma guia, um farol”, afirmou, com tom indignado.

Neto ameaçou ainda acionar a Justiça caso o Ministério da Saúde não repasse para prefeitura de Salvador recursos a fim de instalar leitos no combate ao coronavírus. “Nossos leitos de UTI, que estão funcionando, até agora não foram habilitados e qualificados pelo Ministério da Saúde. A prefeitura está bancando tudo do seu próprio bolso. O Ministério da Saúde tem obrigação de colocar R\$ 1,6 mil em cada leito desse e não está colocando. A gente está bancando tudo sozinho, pois, vamos dar um prazo. Se o Ministério não fizer, eu vou para a Justiça, eu vou judicializar e espero que a Justiça assegure o pagamento obrigatório do que o governo federal não está pagando para nossa capital”, ressaltou.

ACM Neto reiterou que é a favor das eleições municipais acontecerem neste ano e disse ser contra a unificação dos pleitos em 2022, com a prorrogação de mandatos. “Acho que isso, inclusive, é golpe. Tem que se respeitar a Constituição”, pontuou.

BOLSONARO X MORO

Otto defende que seja divulgado vídeo de reunião ministerial



O SENADOR Otto Alencar (PSD) defendeu que seja divulgado o vídeo da reunião ministerial com Moro e Bolsonaro

O senador Otto Alencar (PSD) defendeu que seja divulgado o vídeo da reunião ministerial na qual, segundo o ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) explicitou a interferência política na Polícia Federal para proteger os filhos. Para o baiano, a denúncia é “muito grave e a população tem o direito de ver o vídeo”.

“A imprensa já começa a revelar que o presidente Bolsonaro agiu como protetor, para advogar, como um messias que quer proteger as acusações dos seus filhos. E,

portanto, não pode o Senado ficar sem ter conhecimento desses vídeos. (...) Isso não pode ficar debaixo do tapete. O Brasil precisa saber disso. Até porque as palavras

Divulgação

“(...) não pode o Senado ficar sem ter conhecimento desses vídeos. (...) Isso não pode ficar debaixo do tapete”.

usadas, segundo a imprensa, são palavras duras que inclusive não deveriam ser feitas em reunião de ministros presidido pelo próprio presidente da República. É um momento grave do país e o Senado Federal tem obrigação de estar atento às essas revelações que precisam ter conhecimento dos seus senadores e senadores”, afirmou Otto Alencar.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, deu prazo de 48 horas para que Procuradoria Geral da República (PGR), Advocacia Geral da União (AGU) e Sergio Moro se manifestem sobre o

sigilo da gravação da reunião ministerial. Celso de Mello quer saber se PGR, AGU e Moro concordam com a derrubada parcial ou integral do sigilo do vídeo. O ex-ministro se mostrou a favor da divulgação. “O acesso ao vídeo da reunião ministerial do dia 22/4 confirma o conteúdo do meu depoimento em relação à interferência na Polícia Federal, motivo pelo qual deixei o governo. Defendo, respeitosamente, a divulgação do vídeo, de preferência na íntegra, para que os fatos sejam confirmados”, escreveu o ex-juiz da Lava Jato, nas redes sociais. (RDS)

‘É necessário buscar equilíbrio entre retomada econômica e conter doença’

ESTADÃO CONTEÚDO

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse ontem, em webinar promovido pela Câmara Árabe, que o resgate da economia é prioridade da atual gestão. Ao lado de preservar a economia, ele disse que a saúde do brasileiro também está no foco das preocupações, sobretudo para baixar a curva de contaminação e das mortes. “É necessário buscar equilíbrio entre contenção da doença e retomada da economia”, frisou.

Segundo Mourão, as medidas que estão sendo

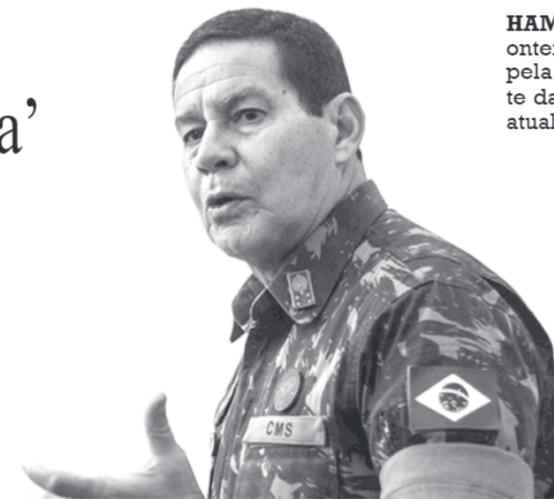
tomadas pelo governo Bolsonaro - como a destinação de recursos para empresas e trabalhadores - não significa que o equilíbrio macroeconômico será deixado de lado. “Buscar estabilidade macro é fundamental para o Brasil crescer de forma sustentável.”

No webinar da Câmara Árabe, o vice-presidente da República disse que no ‘day after’ após a pandemia do novo coronavírus, o governo terá programa Pró Brasil, que deverá estar pronto entre agosto e setembro.

O projeto foi lançado em abril pelo ministro-chefe da Casa Civil, general Braga Netto, sem a presença do ministro da

Economia Paulo Guedes, o que suscitou rumores iniciais, depois abafados, de que ele poderia deixar o governo. O Pró Brasil - que vai na linha contrária do que defende Guedes, pois prevê a utilização de recursos públicos para a retomada do crescimento - tem o objetivo de propiciar a criação de 1 milhão de empregos e recuperar a economia.

No evento de ontem, Mourão disse também que a atual crise não afetou a fronteira agrícola, pois Estados são menos afetados pela pandemia. “Nosso agronegócio é um caso de sucesso”, disse, citando a alta tecnologia utilizada no setor. “O Brasil está comprometido com a



HAMILTON MOURÃO disse ontem, em webinar promovido pela Câmara Árabe, que o resgate da economia é prioridade da atual gestão

longo dos anos.

Segundo ele, o fluxo comercial com esses países no ano passado totalizou mais de US\$ 12 bilhões. Os países árabes formam o terceiro parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

Indagado sobre acordos bilaterais, Mourão falou que o Mercosul apresenta problemas por causa da grave crise econômica que atinge a Argentina. “Ela praticamente se retirou da mesa das negociações bilaterais, isso complica as negociações, precisamos reorganizar o Mercosul até porque as relações políticas estão contaminadas, temos de trazer novamente a Argentina para o jogo”

cooperação comercial com os países árabes, temos relações estratégicas com essas nações, construídas ao longo dos anos, com fluxo que no ano passado totalizou mais de US\$ 12 bilhões, o terceiro parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos EUA.”

Mourão que é preciso buscar aproximação com os parceiros comerciais sem as barreiras ideológicas ou culturais. Ele voltou a destacar a importância das relações com os países árabes, ressaltando que o País tem relações estratégicas com essas nações, construídas ao

STJ nega novo recurso de Flávio para sustar investigação

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou novo recurso apresentado pelo senador Flávio Bolsonaro para suspender as investigações do suposto esquema de rachadinhas que ocorreram em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A decisão barra pedido da defesa para levar ao colegiado da Corte a decisão do próprio ministro que, em abril, negou paralisar o caso.

O mérito do recurso trata de supostas ilegalidades na decisão do juiz Flávio Itabaiana, responsável pela autorização de quebra dos sigilos bancário

e fiscal do senador em abril do ano passado. Em março, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio determinou, por maioria, que não houve ação ilegal no caso.

A defesa de Flávio Bolsonaro afirma que Itabaiana justificou em apenas um parágrafo todas as 87 páginas do pedido do Ministério Público que fundamentam a decisão da quebra de sigilo.

O Ministério Público investiga supostos crimes de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro no gabinete de Flávio Bolsonaro. O ex-chefe de gabinete Fabrício Queiroz seria o principal operador do esquema - ele já admitiu que recolhia parte dos salários dos servidores, mas negou

crime.

Segundo o Ministério Público Estadual, sob estrutura criminosa montada com ex-assessor parlamentar (operador do esquema denominado de rachadinha), Flávio Bolsonaro teria desviado em proveito próprio o salário de assessores parlamentares, alguns deles fantasmas, e disfarçado os valores sob a forma de distribuição de lucros em empresa de comércio alimentício da qual sócio e por meio de negociações imobiliárias super e subfaturadas.

As investigações do caso Queiroz evoluíram após quebra de sigilo bancário e fiscal contra Flávio, sua esposa, Fernanda Bolsonaro, e as contas da Bolsotini, loja de

chocolates do senador. Em novembro, o Ministério Público do Rio apontou que Queiroz teria recebido R\$ 2 milhões repassados por servidores de Flávio, e que parte do dinheiro desviado teria sido lavado na Bolsotini.

A quebra do sigilo bancário de Flávio Bolsonaro cobriu movimentações de janeiro de 2007 a dezembro de 2018 enquanto o levantamento do sigilo fiscal ocorreu entre 2008 e 2018. À época da solicitação, o Ministério Público apurava movimentações de R\$ 1,2 milhão na conta de Queiroz, detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e reveladas pela reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.



FLÁVIO BOLSONARO teve negado um novo pedido para suspender investigações sobre rachadinha